

Palestra proferida por ocasião do 20º Aniversário da Associação Portuguesa de Sociologia

Lisboa (Portugal), 8 de setembro de 2005.

I

Senhores e Senhoras,

Foi com enorme prazer que recebi, no início deste ano, o convite da Associação Portuguesa de Sociologia para que comparecesse a Lisboa e participasse das atividades que marcam o vigésimo aniversário da entidade.

Foi dos poucos convites que aceitei de imediato. Se me perguntarem as razões, diria – além da satisfação de estar presente às comemorações dos 20 anos da APS – que a principal é o sentimento de gratidão que sinto em relação à Sociologia, este campo do conhecimento que abracei ainda muito jovem, com enorme curiosidade e vontade de mudar o mundo, como é próprio dos jovens.

Nela fui buscar as ferramentas, os instrumentos e o método que me seriam imensamente úteis na tarefa, às vezes, ingrata, de tentar decifrar as inúmeras transformações pelas quais o mundo passaria dos anos 50, quando me graduei e me tornei professor universitário, até os dias atuais. Ainda hoje, é aos grandes mestres das Ciências Sociais que recorro em meu esforço constante de compreender uma realidade cada vez mais complexa.

Como muitos dos que aqui estão presentes, planejava para mim uma vida acadêmica, serena, em meio aos livros e aos alunos, bem longe do palco freqüentemente cruel da vida política. Foi, na verdade, de forma um tanto quanto casual, sem planejamento, sem vontade deliberada, sem plano de ação, que acabei chegando à presidência de meu País, já na maturidade.

Mas estou certo de que minha trajetória não se teria cumprido se antes não tivesse passado pela Universidade e pela Sociologia. Na verdade, o político nunca se separaria do sociólogo. Meus críticos dirão que fui um híbrido, nem bom sociólogo, nem bom político, um a confundir, em vez de complementar, o outro. Há, porém, quem veja méritos na combinação pouco usual do sociólogo com o político. Para o bem ou para o mal, é, portanto, na dupla condição de político e sociólogo que me dirijo a esta platéia hoje.

II

Escolhi falar nesta tarde sobre as grandes transformações da sociedade brasileira nos últimos vinte anos.

Delimitei o horizonte de tempo não apenas pela razão, que já seria boa o bastante, de que se está homenageando o vigésimo aniversário da Associação, mas também porque, no Brasil, este período, de 1985 até o presente, marca o fim de um longo regime militar de triste memória e a retomada da democracia.

Minha primeira observação é a de que estas duas últimas décadas assinalam uma transição importante no Brasil, em que a sociedade civil substituiu gradualmente o Estado na dinâmica das transformações do País. Este é um fato novo na História brasileira, do qual muitos ainda não se deram conta inteiramente.

É antiga e tem títulos de nobreza a noção de que o Brasil, como nação organizada, foi fruto mais da ação do Estado do que do povo. Remonta ao início de nosso processo de colonização e de ocupação do território.

Não pretendo aqui reconstituir este processo, nem recordar as análises e interpretações sociológicas e históricas que dele se fizeram.

Basta reter a visão amplamente disseminada e compartilhada de que, na formação político-social do Brasil, é inquestionável que sempre foram relativamente frágeis, quase inexistentes, os componentes do que hoje chamamos de sociedade civil. Este quadro começaria a mudar gradualmente, com idas e vindas, a partir dos anos 30, mas ganharia importância apenas na década de 70.

O Estado é que teria sido o cadinho da sociedade; a ele caberia formular, implementar e zelar pelos interesses de uma sociedade incapaz de organizar-se por si própria.

O Estado seria o indutor do desenvolvimento econômico, o protetor das camadas mais pobres, o promotor das artes. Seria, em suma, o repositório da legitimidade e da capacidade de ação transformadora da sociedade.

Com base nesta percepção da trajetória histórica do Estado, surgiu uma ideologia nacional-estatista e desenvolvimentista que talvez tenha adquirido no Brasil uma força que não encontre paralelo em nenhum outro país. Esta ideologia acreditava, como ainda acredita, num “projeto nacional” a ser elaborado por intelectuais orgânicos vindos dos partidos e da burocracia, jamais da sociedade.

Este “projeto nacional” conduziria a sociedade por um caminho do desenvolvimento autônomo, ou independente, sem “subordinação” a interesses externos ou privados, sejam estes últimos nacionais ou internacionais.

Nesta concepção, o “projeto nacional” reivindicava pureza de origem e superioridade moral; na prática,

desembocaria, em regimes políticos autoritários, uma sociedade sufocada e numa economia autárquica e tutelada.

O “nacional-estatismo” nasceu, como ideologia, antes de Getúlio Vargas, cresceu com ele e alcançará seu apogeu nos regimes militares, num percurso que não está isento de contradições. Por exemplo, o regime militar, instaurado no Brasil em 1964 sob a égide da Guerra Fria e sob forte influência do ideário liberal norte-americano, logo se veria controlado pelos setores ligados ao nacional-desenvolvimentismo, que foi levado às últimas conseqüências no Governo do Presidente Geisel, nos anos 70. Ali se articularam estruturas de participação e controle do Estado de que ainda há resquícios na economia atual.

A força desta ideologia vai além da economia para permear a própria sociedade. O corporativismo tem-se mantido forte e vivo na vida brasileira desde os primórdios de nossa História. E da fusão do corporativismo com o “nacional-desenvolvimentismo” resultou o que eu já chamei de uma “ideologia nacional única”, tão arraigada no Brasil ainda hoje.

Não é por outro motivo que a modernização social e democrática do Brasil tem trilhado caminhos tão tortuosos.

III

Os limites do “nacional-desenvolvimentismo” estavam claros em meados dos anos 80 no Brasil e foram responsáveis pela queda do regime militar. O mundo mudara. E, sobretudo, o Brasil também mudara. A sociedade civil se consolidara e passou a determinar sua própria agenda, à qual o Estado passou a ter de responder. Esta é a grande transformação operada no Brasil nos últimos vinte anos.

Faço aqui parênteses para dizer que inegavelmente as transformações ocorridas no mundo redefiniram muita coisa neste período de grande densidade de acontecimentos históricos.

É quase impossível separar, no que mudou no Brasil, o que foi resultado da vontade do Governo, de políticas públicas, e o que se impôs de fora, do mundo, em tempos de globalização. A moldura geral passou a ser dada pela globalização, embora haja diferentes possibilidades de resposta para cada país.

De minha parte, sempre afastei as tendências de interpretação que fazem críticas ferozes à globalização e que propugnam, sem defini-lo muito bem, “um outro desenvolvimento”, ou, melhor, um outro sistema produtivo e um outro equilíbrio de forças no mundo, este inegavelmente necessário.

No Brasil, esta crítica se dá em geral dentro de uma ótica corporativista, voltada para o passado. Um tanto paradoxalmente, parte de nossos críticos de esquerda são mais admiradores dos espelhos retrovisores do que sonhadores com um futuro melhor para a humanidade. Antes permanecem aferrados, como se fosse

possível bloquear a ação do tempo, à noção nostálgica de uma economia mais voltada para dentro, para o mercado interno, com um Estado mais poderoso e burocrático.

Este descarte ideológico da realidade da globalização é um exagero e não toma em conta o grau de modernização atual da sociedade brasileira e sua capacidade de buscar caminhos, apesar da globalização, que acomodem nossos interesses nacionais. Voltando às transformações dos últimos vinte anos no Brasil, diria que, no plano dos costumes e padrões de comportamento, o “coletivismo” das sociedades originárias – a família, as fazendas, a Igreja – cede aos apelos da realização de potencialidades individuais.

O empreendedorismo individual já parece motivar mais que uma carreira de funcionário público, antigo anseio de quem queria ascender e não contava com privilégios de berço. A competição no mercado de trabalho se impõe gradualmente sobre o corporativismo e o clientelismo.

Na economia, o mercado passou a constituir âmbito próprio, em grande parte auto-regulado, dispensando a interferência direta do Estado. O setor privado é muito mais dinâmico do que um setor estatal em crescente encolhimento e com produtividade aquém dos padrões exigidos internacionalmente, salvo nas corporações públicas que passaram a reger-se por critérios das modernas empresas. O setor externo da economia ganhou impulso e demanda o desenvolvimento de competências de gestão que criam estímulos de modernidade e de criatividade para os jovens que ingressam no mercado de trabalho.

Acima de tudo, a força da sociedade civil brasileira fez do ideal democrático um consenso, não permitindo que formas de atuação clara ou disfarçadamente autoritárias sejam mais toleradas.

Por outro lado, a organização democrática da sociedade funciona como o melhor freio disponível para conter eventuais abusos dos agentes econômicos. O mercado não pode reger os destinos da sociedade. A nação não se confunde com o mercado. Neste contexto renova-se a ação do estado. Ele passa a ser o catalisador das correntes da sociedade civil e, ao mesmo tempo, o incentivador do espírito de coesão, de solidariedade, tão necessário diante das forças de desagregação das antigas formas de integração social e dos riscos da emergência de um “individualismo possessivo”.

Quase como um contrapeso tanto ao burocratismo estatal quanto à anomia das grandes sociedades de massas empobrecidas, o comprometimento com valores da democracia é o antídoto que pode levar os indivíduos a se comprometerem socialmente, a escaparem da fragmentação social transformando-se em cidadãos.

A cidadania se consolidou no Brasil nos últimos vinte anos, como fruto de um processo lento, do qual convém recordar aqui alguns de seus principais intérpretes. A literatura sobre esses caminhos é conhecida. O que T.H. Marshall chamou de cidadania, tomando o conceito de seu homônimo economista, era “uma espécie de igualdade humana básica associada com o conceito de participação integral na comunidade (...) o qual não é inconsistente com as desigualdades que diferenciam os vários níveis econômicos na sociedade. Em outras palavras, a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que

a igualdade de cidadania seja reconhecida”.

A expansão da cidadania, na Inglaterra, estendeu-se, seqüencialmente, aos direitos civis, aos políticos e aos sociais. Os direitos civis asseguraram as liberdades individuais; os direitos políticos são basicamente o de voto e de participação nas estruturas de poder, ao passo que os sociais dizem respeito a um mínimo de bem estar econômico e o acesso à educação e à saúde.

Dentre os autores que buscaram inspiração em Marshall para analisar aspectos da evolução histórica da cidadania, quero chamar a atenção para dois.

O primeiro foi José Murilo de Carvalho, que mostrou como a seqüência marshalliana se inverteu no Brasil. Nas conclusões de seu pequeno-grande livro “Cidadania no Brasil”, José Murilo diz: “Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo.”

Em análise anterior sobre os direitos sociais e sua relação com a cidadania, Vanderlei Guilherme dos Santos havia mostrado as vinculações entre regimes autoritários e alguns avanços das políticas sociais. Mostrou a evolução das instituições que asseguram tais direitos desde antes de 1930, passando pelo varguismo e pelos governos militares, para insistir no que chamou de “cidadania regulada”. Uma enorme quantidade de pessoas e ocupações carecem de direitos sociais por não estarem incluídas nas regulamentações governamentais.

Para o que desejo ressaltar vale sua observação quando diz, apropriadamente, que: “A desorganização da vida social que se seguiu ao movimento de 1964 poderá ter gerado, apesar de seus líderes, as condições para a emergência de um sistema de valores centrados em torno dos conceitos de cidadania universal, trabalho e justiça”

É a partir desta brecha na interpretação que faço um comentário. É certo que houve a inversão da pirâmide das franquias democráticas. Também é verdadeiro que as relações entre estas franquias e os regimes autoritários, tanto de base civil no caso de Vargas, como militar depois de 1964, foram paradoxais.

No entanto, o momento que vivemos hoje, cujo marco e símbolo é a Constituição de 1988, que responde a movimentos iniciados vinte anos antes, é outro, é essencialmente outro. A universalização dos direitos civis e sociais está incompleta, mas a força motora da sociedade civil na cena pública é inescapável.

IV

O fato de que a sociedade civil hoje esteja muito mais ativa do que no passado não reduz a ação do estado. Modifica-a, no entanto, de forma substancial.

Formou-se no Brasil uma sociedade independentemente dos desígnios dos eventuais donos do poder: a sociedade de massas urbanas. Massas com padrões de consumo insuficientes, porém crescentes. Se a renda não permite que o conjunto da população se incorpore plenamente ao mercado, os excluídos notam que a seu lado há quem consuma.

Daí que as pressões, mesmo quando não politizadas, passaram a ser parte integrante da vida brasileira. Nasceram forças, entidades, ONGs que pouco a pouco foram fazendo da brasileira uma “sociedade aberta”. Desigual, injusta, mas aberta, crescentemente insatisfeita e com demandas que passaram a ser manifestadas abertamente.

Nessa sociedade remodelada nas últimas décadas, as classes médias ganharam novas feições. Os grupos “tradicionais”, geralmente ligados à burocracia civil e militar, à Justiça, à Polícia e às Universidades, continuam a existir. Mas a dinâmica é outra porque os segmentos de classe média ligados ao mercado ganham em número e suas reivindicações são mais modernas e vinculadas a padrões que vêm freqüentemente do exterior.

Refiro-me aos setores ligados à gestão das empresas, aos seus técnicos, aos novos segmentos vinculados à indústria de comunicação e de entretenimento, aos vinculados aos serviços de transportes, à medicina privada e ao sistema financeiro, aos milhões de pequenos empresários urbanos, sem falar dos gerentes e executivos de grandes empresas nacionais e multinacionais, que ocupam os estratos médios e altos das novas classes médias. Seus membros em geral estão em movimento social ascendente, vêm de famílias de mais baixo status, enquanto nas classes médias tradicionais dá-se o oposto: perderam status ou, no máximo, conseguem mantê-lo, com dificuldade.

O dinamismo dessa sociedade mais aberta e de grande mobilidade social pede formas de atuação do Estado mais eficientes e menos arrogantes. Requer parcerias onde antes havia imposição; diálogo onde antes monólogo; descentralização e autonomia onde antes imperava o centralismo burocrático.

Exige flexibilidade, constante espírito de negociação, tolerância, respeito. Demanda pluralismo de visões e não uma visão única, uma ideologia salvadora, messiânica.

A sociedade quer eficácia na prestação de serviços públicos, austeridade na gestão pública. Repele comportamentos incompatíveis com o exercício de funções públicas. Condena a corrupção.

Já não há espaço, na sociedade brasileira, para a demagogia barata ou para o discurso vazio, que não

proponha medidas concretas e se satisfaça com o auto-elogio e o auto-engano.

Quem tentar, a partir do Estado, infantilizar uma sociedade aberta e madura pagará nas urnas o preço de não ter sido capaz de observar, sociológica e politicamente, as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nestes últimos vinte anos.

V

Em suma, nesta apertada síntese das grandes transformações sociais e políticas pelas quais passou a sociedade brasileira vêem-se os efeitos da globalização, mas se vê também como os percursos históricos próprios de cada sociedade redefinem os horizontes do possível. Se eu tivesse tempo para fazer uma análise comparativa com países cujas economias são “emergentes”, como se diz no jargão atual, seria fácil mostrar que entre elas há similitudes, mas também diferenças e são essas que contam para definir as oportunidades futuras.

Inegavelmente o dinamismo da sociedade brasileira – uma nação de imigrantes – aliado às características culturais de um povo que, graças em certa medida a suas origens lusitanas, tem na aceitação do “outro” um valor, deram-nos condições favoráveis de adaptação aos desafios de um mundo cambiante. Mundo marcado crescentemente por valores democráticos, os quais passaram a ser também condição para o bom desempenho econômico. Do mesmo modo, graças aos traços de patrimonialismo ibérico e às peculiaridades de nossa Independência, que deu continuidade às estruturas do Estado português naturalizado brasileiro, seria inimaginável ver-nos seguir a trajetória “inglesa” de expansão da cidadania.

Se o percurso foi diferente, encontramos força espiritual e criatividade institucional para fazer com que do casulo estatal, não diria que nascesse a sociedade civil, mas que ela se liberasse e passasse a dar novos contornos a seu antigo berço. Tomara nos dias de hoje, essa mesma capacidade, adaptativa e criativa, nos dê forças para a partir dos valores da cidadania encontrarmos caminhos para a redefinição dos partidos de modo a torná-los mais próximos dos movimentos sociais e das miríades de novas formas de associação e participação que a sociedade contemporânea apresenta. Nela, a revolução das formas de comunicação, com os computadores e a internet, abre novos espaços, mas também novos riscos: os “blogs” que contam cada vez com mais numerosos participantes, sem a contrapartida da cidadania ativa, ao invés de ampliarem o espaço público serão armadilhas para o verdadeiro compromisso democrático. Sem este a fragmentação da sociedade contemporânea dificilmente dará oportunidade para uma relação democrática entre o Estado e a Sociedade.

Com estas palavras e recordando sempre os laços que me prendem a Portugal finalizo desejando toda sorte de êxitos à Associação Portuguesa de Sociologia.